



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Mutirão de conciliação pré-processual da SJAC alcança mais de 50% de acordos

A Justiça Federal do Acre, por meio da Seção de Conciliação (Seccon) e da Caixa Econômica Federal (CEF), realizou, no período de 24 a 26 de junho, o Mutirão de Conciliação Pré-Processual (Extrajudicial) para renegociação de dívidas na área comercial de clientes pessoa física e jurídica.

Participaram do evento de abertura o juiz federal substituto Herley da Luz Brasil, coordenador dos Juizados Especiais Federais/AC, a superintendente da Caixa Econômica Federal, Maria Cláudia Sakai, e o coordenador jurídico da CEF, William Harrison Cunha Bernardo.

O percentual de acordos chegou à marca de 50,46%. Esse tipo de ação atende ao princípio da economia processual, uma vez que eliminou o ajuizamento de 217 ações, resultando na redução de custos operacionais e administrativos. O servidor Rawlison acrescentou: “Houve um empenho muito grande dos servidores da Caixa Econômica Federal para divulgar o evento, e isso foi o segredo do sucesso. Foi um evento pioneiro aqui no Estado do Acre. Não tenho notícias da realização desse tipo de evento em outras Justiças. No que diz respeito aos benefícios, em primeiro lugar a Caixa é uma instituição financeira com capital 100% público. Logo, essa ação serviu para recuperar ativos de natureza pública que eram dados como totalmente perdidos pelo banco. Então, com isso, a Caixa conseguiu recuperar parte desses ativos, sem falar que os clientes conseguiram pagar suas dívidas e recuperar crédito na praça. Enfim, um trabalho social muito bom. Em segundo lugar, para a Justiça Federal essa ação tem uma enorme importância, posto que aproximadamente 217 demandas deixarão de ser ajuizadas na Seção Judiciária, o que ajudará a desafogar as varas judiciárias, sem falar na economia para o erário, posto que, segundo o CNJ, a tramitação de um processo no Poder Judiciário custa aproximadamente R\$ 4.000,00”.

No período do mutirão, os servidores Rawlison de Nazare Araujo Azevedo, Nadir de Souza Boni, Maureen da Silva Brandão, Lauridia Cavalcante da Silva e Souza, Alice Souza Rocha e Rafael Henrique Gondim da Silva trabalharam como conciliadores da Justiça Federal.

Fonte: Seção Judiciária do Acre

TRF1 abre concurso público para cargos de analista e técnico judiciário

O TRF da 1.ª Região abriu concurso público para o provimento de cargos do quadro de pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau das Seções Judiciárias do Acre, Amapá, Bahia, Minas Gerais e Piauí. O edital prevê que o candidato poderá ser nomeado para outra localidade mediante a existência de vaga e manifestação de interesse.

As vagas são destinadas a candidatos com nível superior completo e ensino médio completo, dentro das seguintes especialidades:

- Analista Judiciário (nível superior) – Arquitetura, Biblioteconomia, Engenharia Civil, Medicina (Clínica Geral), Odontologia e Informática. Remuneração inicial: R\$ 8.118,19.

- Técnico Judiciário (nível médio) – Informática. Remuneração inicial: R\$ 4.947,95.

As inscrições já estão abertas e devem ser realizadas exclusivamente pela internet, no sítio da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br), até o dia 14 de julho. O valor da taxa é de R\$ 95,00 para os cargos de Analista Judiciário e de R\$ 79,00 para Técnico Judiciário.

Mais informações sobre o certame podem ser encontradas no Edital de Abertura, publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União (DOU) do dia 6 de junho e na página da Fundação.

Resolução institui Estratégia Judiciária até 2020

Foi publicada no Diário de Justiça eletrônico (DJe) a Resolução n.º 198, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Estratégia Judiciária 2020. O texto revisa a estratégia em vigor proposta em 2009 (Resolução CNJ n.º 70, que instituiu o Planejamento Estratégico do Judiciário 2009-2014). Aprovado por unanimidade em Plenário, o texto estabelece, entre outros pontos, que as Metas Nacionais sejam prioritariamente elaboradas a partir de uma cesta de indicadores nacionais (que todos os órgãos do Judiciário obrigatoriamente têm de medir) e que constam do Relatório Justiça em Números.

Atualmente, já existe uma lista de indicadores monitorados pelo CNJ, como carga de trabalho, taxa de congestionamento e produtividade, que podem, após definição e revisão, ser aproveitados como Meta (caso da meta de produtividade dos magistrados).[[Leia mais](#)]

Fonte: Agência CNJ de Notícias

Tribunal Regional Federal da Primeira Região
Assessoria de Comunicação Social
ascom.trf1@trf1.jus.br
(61) 3314-5379